

LIVROS

*O marxismo na América Latina:
uma antologia de 1909 aos dias atuais**
de Michael Löwy (org.)

Reforma e revolução na América Latina

José Corrêa Leite**

Acaba de ser publicada no Brasil uma edição atualizada da antologia clássica de Michael Löwy, *O marxismo na América Latina*. Divulgado no final dos anos 70 em francês e espanhol, e conhecido no Brasil principalmente pela edição mexicana da Editora Era, o livro é a mais abrangente obra sobre o marxismo em nosso continente (uma edição posterior saiu também em inglês).

A coletânea toma como fio condutor a análise da natureza da revolução na América Latina, tema clássico de debate no marxismo revolucionário e na esquerda continental. Depois de uma breve parte inicial, sobre “A introdução do marxismo na América Latina”, representada por um texto de Justo e outro de Recabarren, temos um sólido panorama do que Löwy chama de “O período revolucionário”, correspondendo aos anos 20 e início dos anos 30. Ai encontramos textos de Júlio Antonio Mella, José Carlos Mariátegui, do PC de El Salvador (que dirigiu uma insurreição antiimperialista em 1932) e da Aliança Nacional Libertadora do Brasil, dirigida por Prestes.

A terceira parte do livro é dedicada fundamentalmente aos anos 40 e 50 e se chama “A hegemonia estalinista”, compreendendo mais de cem páginas. São debatidos os temas da política de frentes populares no continente, da política de alianças estratégicas com as burguesias nacionais e da relação com o populismo, das consequências da guerra fria e do XX Congresso do PCUS na região e do debate na história econômica marxista sobre a caracterização dos países da América Latina (do qual participam intelectuais destacados como Caio Prado Jr., Sergio Bagú, Marcelo Segall e Milcíades Peña). Nela estão presentes não apenas textos da corrente então hegemônica no marxismo em nossas terras, os partidos comunistas estalinizados, mas também de vozes discordantes — como “As teses de Pulacayo”, da Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia, e as “Teses da esquerda revolucionária na Argentina”, de Silvio Frondizi.

* São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

** Editor do jornal *Em Tempo* e professor da Faculdade de Comunicação Social da Faap.

A quarta parte, intitulada, "O novo período revolucionário", cobre da revolução cubana de 1959 à revolução centro-americana de 1979/80 (vitoriosa na Nicarágua e derrotada em El Salvador e na Guatemala). Seu núcleo são os textos agrupados em torno da corrente do castrismo e do guevarismo, mas abarca também os debates sobre a teoria da dependência (André Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini), a discussão no interior dos partidos socialistas (com textos de Salvador Allende e Paul Singer), dos partidos comunistas que continuaram ligados a Moscou (com um acréscimo para esta edição de extratos do texto de Carlos Nelson Coutinho, "A democracia como valor universal", de 1980), do maoísmo e do trotskismo (que termina como um extrato da "Resolução sobre a América Latina" do XI Congresso da Quarta Internacional, de 1979).

Para a edição brasileira, Löwy organizou uma quinta parte, que cobre os anos 80 e 90, que ele chamou de "Novas tendências". Aí comparecem Frei Betto, Enrique Dussel, Emir Sader, Fernando Martinez Heredia, o PT com sua resolução "O socialismo petista", o manifesto de 1990 do Foro de São Paulo, o MST e o EZLN e subcomandante Marcos. Nela, Löwy mostra a "permanência da utopia revolucionária de inspiração marxista, que torna pelo menos prematuras as tentativas de declarar como terminado o grande capítulo histórico aberto com a Revolução Cubana". Para ele, "outras lutas — sobretudo com base social no campo — exprimem, no curso dos anos 90, uma contestação radical da ordem social, seja, excepcionalmente, sob a forma de guerrilhas..., seja, o que é mais freqüente, sob a forma de movimentos sociais de um novo tipo". (p. 63)

Tão importante quanto a antologia de textos, é o alentado ensaio introdutório de Löwy, também atualizado para esta edição, que oferece uma interpretação de conjunto do desenvolvimento do marxismo em nosso continente. Nele, o autor mostra como o marxismo na América Latina sempre foi marcado por uma tensão entre duas posições fundamentais. A primeira, eurocentrista, dominante na Segunda e na Terceira Internacionais e aqui claramente formulada pelos partidos comunistas estalinizados, sempre trabalhou com a referência de um modelo de desenvolvimento histórico que tem na revolução democrático-burguesa seu momento decisivo. A segunda, dialético-concreta, valoriza as características específicas das formações sociais latino-americanas, criticando a idéia da revolução por etapas. Nascendo com Mella e Mariátegui, esta posição seria desdobrada por Che Guevara e marcaria tanto as correntes revolucionárias centro-americanas posteriores, como o marxismo difundido por todo o continente a partir dos anos 60 (e presente em fenômenos tão importantes como a Teologia da Libertação, o PT e o EZLN). É na possibilidade de um marxismo renovado apreender as características de nossas formações sociais que reside — para Löwy e para os autores e movimentos que ele selecionou para a última parte do livro —, sua capacidade de fecundar as práticas revolucionárias.

Um complemento bastante proveitoso da antologia *O marxismo na América Latina* é o quase desconhecido (e excelente) livro de mesmo nome do filósofo cristão cubano-alemão de Raúl Fornet-Betancourt, *O marxismo na América Latina*. Tendo

sido publicado no Brasil em 1995 pela Editora Unisinos (Universidade do Vale dos Sinos, do Rio Grande do Sul), este ambicioso estudo sobre a recepção filosófica do marxismo no continente percorre a mesma trajetória que o livro de Löwy, justificando uma melhor divulgação entre intelectuais e militantes de esquerda no país.

A leitura desta obra de Löwy é fundamental para o debate político da esquerda brasileira, permitindo situar nossa reflexão no contexto mais geral de desenvolvimento do debate político marxista e dos partidos de esquerda. Mas é também de enorme utilidade para todos que queiram entender as sociedades latino-americanas, já que boa parte dos textos trata igualmente da dinâmica destas formações sociais. Em ambos os casos, começamos também a ter condições bem melhores de estudar e debater os dilemas mais amplos do marxismo em nosso continente.

Os 500 anos — A conquista interminável
de Waldir José Rampinelli e Nildo Domingos Ouriques (orgs.)*

Rogério Luiz de Souza**

No emaranhado jogo da recomposição histórica latino-americana, estamos acostumados a ouvir a versão da conquista deste continente a partir de uma concepção eurocêntrica e, portanto, dentro de uma proposta ardilosa e violenta de dominação e de submissão econômico-cultural. Por isso, a necessidade, desde o primeiro dia de sua conquista, de se destruir aquelas identidades que orientaram e orientam sua caminhada através da História. Cantando Camões, os conquistadores de ontem e de hoje atravessaram mares nunca dantes navegados; protegidos pela força divina dilataram seu Império; com o engenho e arte espalharam seus barões; e sequiosos pelo poder edificaram Novo Reino, à custa daquela “gente remota” que dominaram.

Mas, talvez, seja o momento mais adequado para dar uma resposta contundente aos que insistem em olhar os 500 anos numa perspectiva comemorativa. A história da conquista tem demonstrado amiúde que as contradições inerentes ao sistema colonial e neocolonial são insuperáveis, deixando na marginalidade os países latino-americanos e impedindo sua luta emancipatória ao longo deste período. Deste modo, torna-se imperiosa uma revisão crítica da “história do descobrimento”, a fim de revelar os sujeitos que resistiram à dominação e que persistem na busca de sua identidade *sui generis*, numa tentativa lúcida de provocar a reescrita desta mesma história a partir dos ecos de suas vozes.

* Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

** Professor do Departamento de História da UFSC.

E é aqui que se encontra a coletânea de ensaios intitulada *Os 500 anos: a conquista interminável*, publicada pela editora Vozes e organizada pelos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, Waldir Rampinelli e Nildo Ouriques. Eliminando qualquer possibilidade de se enxergar nos "500 anos" uma data celebrativa como quer a elite ufanista, que se mostrou incapaz de romper os grilhões da exploração do continente latino-americano, esta obra é uma investigação crítica destes cinco séculos de conquista. Neste sentido, o estudo acaba se enveredando por dois caminhos distintos de análise. O primeiro consiste na denúncia das perseguições e das exclusões históricas, mostrando abertamente o extermínio étnico, a remodelação identitária dos costumes e dos hábitos culturais e a lógica perversa que está por detrás da comemoração do "quinto centenário do descobrimento". Desafiando o leitor, o segundo caminho tem por finalidade otimizar a esperança e propor uma segunda e verdadeira emancipação da América Latina, fazendo revelar as resistências culturais e as aspirações do sujeito coletivo que se opõem à cosmovisão eurocêntrica da elite "crioula".

Portanto, a obra prende-se menos a um estudo acadêmico, embora construa, sem explicitá-la, sua análise a partir de categorias e de teorias epistemológicas, do que à demonstração analítica e cuidadosa das contradições históricas, políticas, sociais e econômicas. Busca-se a desconstrução e o desmonte, dentro de um espírito de indignação, das verdadeiras relações de dominação e de exploração. Uma crítica à violência do Capital, do Estado e do interesse de classe que tende a se perpetuar.

Partindo daí, os ensaístas, ligados a órgãos de defesa dos direitos latino-americanos e especialistas em Ciência Política, Economia Internacional, Sociologia e História, propõem uma revisão dos marcos históricos que instituíram uma realidade antagônica àquela vivida pelos verdadeiros agentes sociais e produtivos. Reconstruindo os acontecimentos passados e percebendo a situação atual, eles desnudam as intenções do movimento celebrativo dos 500 anos, desmitificam a falácia da conquista "branda", "menos violenta" e "tranquila" e recolocam na discussão do dia a questão da identidade e do espaço e memória nacionais. Por outro lado, talvez, falte à obra o resgate dos discursos construídos pelos próprios agentes desta história, a fim de que, além da análise, a voz do excluído, do anônimo e do esquecido revele os anseios e os desejos concretos de sua cosmovisão. O que implicaria, possivelmente, a necessidade de se contemplar a estrutura cotidiana, relacional e discursiva desta realidade.

No primeiro capítulo "500 anos de conquista e dominação", elaborado pelo cientista político e membro do secretariado nacional do Cimi, Egon Heck, percebe-se a preocupação do autor com o extermínio indígena operado pelos herdeiros do projeto colonizador. A partir de um estudo comparativo, estabelece um paralelo entre o passado e o presente dos povos indígenas, revelando o processo de conquista destes povos que perdura até os dias atuais através da expansão das fronteiras agrícolas, da mineração e da exploração florestal. Numa segunda parte do trabalho, baseando-se no quadro estatístico das demarcações territoriais,

faz um balanço da atual política fundiária indigenista no governo FHC. Sem muita ginástica analítico-econômica, constata a ineficiência do governo em concluir os processos de demarcação e em resolver os conflitos entre posseiros e indígenas. Este trabalho, aliás, opõe-se frontalmente à atitude simulada do governo federal em criar uma atmosfera harmônica e de solução fácil para a questão da delimitação territorial indígena.

O autor do segundo capítulo "A falácia do V centenário", o historiador Waldir Rampinelli, busca, no contexto histórico e na crítica teórica de Noam Chomsky, Heinz Dieterich e James Petras, desconstruir os mitos fabricados pela elite "crioula" nestes 500 anos de conquista. Além disso, mostra a "ação racional e organizada da violência dos países imperialistas" e desmascara a "história dos heróis" do genocídio latino-americano. Portanto, dentro desta perspectiva, não vê motivo para se festejar, "mas sim de repensar o Brasil para superar toda a herança colonial que nos foi imposta".

O ensaio de D. Pedro Casaldáliga "Rever o Deus anunciado", Bispo de São Félix do Araguaia, propõe a revisão do discurso e da prática eclesial na América Latina. Longe de aceitar a idéia da aculturação integracionista, que invade e destrói a essência cultural dos povos, pede aos intelectuais e aos teólogos uma reavaliação do seu conteúdo discursivo e um posicionamento crítico diante dos acontecimentos atuais na América.

O quarto capítulo "Na escravidão e na exploração da mão-de-obra africana e afro-brasileira: 500 anos de luta e resistência de um povo", elaborado pelo cientista social Marcos Rodriguez da Silva, recupera a genealogia da expropriação do produto trabalhado e da luta inaudita dos negros pela valorização de sua identidade étnico-cultural. Portanto, o ensaio aparece menos em uma linguagem folclórica do contributo afro à cultura brasileira do que num estudo crítico do projeto de dominação e de segregação dos povos africanos em território brasileiro.

A partir de uma percepção histórica arguta e consistente, o quinto capítulo "Sociedade global — Identidade colonial" escrito pelo cientista social e presidente do Foro para Emancipação e Identidade da América Latina, Heinz Dieterich, faz uma revisão do processo de destruição das identidades culturais latino-americanas ao longo destes últimos cinco séculos. Submetendo à reflexão o conceito de identidade, o autor depreende de suas argumentações que o sujeito social, "que não tem consciência de sua história, está condenado a repetir as amargas experiências do passado". Por outro lado, dentro de uma visão menos agnóstica e, portanto, mais otimista, acredita na permanência do substrato profundo da identidade latino-americana, capaz de estabelecer os parâmetros de ação e de conduta que viabilizariam o processo emancipatório e que impediriam o avanço da globalização.

Já o economista Nildo Ouriques, no sexto capítulo "O significado da conquista: cinco séculos de domínio e exploração na América Latina", considera os 500 anos como uma história de longa duração contada pelos vencedores, o que, no entanto, não impossibilitaria "as classes subalternas" de avançarem no processo de

emancipação político-econômica. A redefinição dos rumos e dos discursos históricos deveria ser a primeira atitude destas classes na disputa pela História, já que a história contada pelos poderosos anulou e sepultou a vitalidade do povo. Ademais, o autor, a partir da análise dos signos lingüísticos, desmitifica o conteúdo inventado das palavras "índio", "negro", "América", "descobrimento", "civilização". Na segunda parte de seu estudo, fundamentado no aparato teórico marxista, recupera a dimensão econômica, política e ideológica de sustentabilidade do domínio externo (estadunidense e europeu) e historiciza os atos de violência e as formas que possibilitaram a transferência do excedente produtivo nestes 500 anos e que, atualmente, determinam o fim dos espaços nacionais.

Por fim, o sétimo e último capítulo "A resistência Zapatista", elaborado pelo cientista político Luís Javier Garrido, quer chamar a atenção do leitor para a possibilidade real de se resistir ao que aparentemente se apresenta como irreversível. Mostrando a trajetória de resistência dos indígenas de Chiapas e do Exército Zapatista de Libertação Nacional, conclui que a resistência dos povos latino-americanos vai sendo gestada desde os primeiros anos da conquista. Hoje, segundo o autor, a resistência organiza-se dentro de uma democracia sintetizada, que propõe uma mudança do exercício do poder e que leva em consideração o diálogo com a sociedade civil e o Estado.

Assim, os autores se debruçam sobre uma síntese ampla daquilo que, de modo geral, já foi dito e refletido diversas vezes, mas que tem agora a intenção de recuperar e de dar visibilidade ao que se está querendo apagar, para manter vivo o movimento de reivindicação. Além de denunciarem o evento comemorativo do quinto centenário, os ensaístas querem encorajar o leitor a reavaliar sua postura e o homem latino-americano a assumir sua História, manter sua estrutura cultural, organizar suas estratégias e construir seu próprio projeto de autonomia nacional.

Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa
de James Petras*

Enriquecendo o debate intelectual no Brasil

Célia Maria da Motta**

Oferecendo seu recente livro como uma "modesta contribuição ao rico debate intelectual no Brasil", Petras coloca-se definitivamente como um dos maiores

* Blumenau, Editora da Furb, 1999.

** Mestranda em Ciências Sociais na PUC-SP e membro do Neils.

responsáveis pelo enriquecimento desse debate que, “pasteurizado” pelo discurso “globalizante” dos últimos tempos, renasce pela força de intelectuais dispostos a alavancar a compreensão e a superação da crise do capitalismo contemporâneo, rumo ao socialismo. A abrangência dos temas — *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa* — torna sua análise nada modesta. Ao contrário, seus ensaios mergulham em áreas sempre polêmicas, cujas questões, dos mais variados graus de complexidade, não nos deixam indiferentes.

Ao examinar as relações locais e conjunturais à luz da contra-ofensiva capitalista, reinscreve-as em um plano internacional e estrutural. Desta forma, o neoliberalismo aparece como uma ideologia contra-revolucionária que, na tentativa de anular os avanços sociais realizados ao longo de 50 anos, afeta o conjunto das relações sociais.

Na primeira parte do livro, dedicada à América Latina, o autor examina a modesta cota de contribuição, sob a forma de dez teses, que os pós-marxistas deram ao triunfo do neoliberalismo: promovem uma crítica superficial ao socialismo; confundem visão totalizante com totalitarismo; dissolvem classes sociais em raças, etnias, gêneros, preferências sexuais; antagonizam Estado e democracia; transferem incumbências políticas do Estado para a “sociedade civil”; desqualificam a luta pelo poder estatal, concentrando-se exclusivamente nos conflitos locais; descartam a revolução e absolutizam os processos eleitorais; promovem a solidariedade como um imperativo humanitário em contraposição à luta entre dominantes e dominados; reapresentam o projeto nacional desenvolvimentista, a apologia da cooperação e da interdependência e, com isto, ocultam o imperialismo.

Uma atenção especial é dedicada às chamadas “organizações não-governamentais”. Ocupando o espaço deixado pela esquerda, as “ONGs”, cujas atividades são orientadas pelos centros imperialistas, cumprem uma função muito precisa: esvaziam os movimentos de classe. Foi o que ocorreu, por exemplo, na Bolívia, onde alardearam um pretenso projeto desenvolvimentista na década de 80 que, sob a força de uma nova ordem política hegemônica que mina as bases institucionais da participação política popular, ajudou a impor a miséria econômica a milhões de pessoas.

Sob a perspectiva das lutas de classes local, nacional e internacional, o autor analisa o dialético processo de avanços (sem-terra) e retrocessos (operários) dos trabalhadores no Brasil, considerando o período atual como de transição. A possibilidade de uma ruptura nos “ciclos de ajuste” ou de reprodução do Neoliberalismo é, para Petras, absolutamente viável. A sobrevivência do modelo neoliberal exige uma estrutura de classes altamente polarizada, o que amplia as condições de eclosão dos novos movimentos sociopolíticos. “O neoliberalismo está morrendo e a transformação social está lutando para nascer”. (1999: 67)

Além de discutir alternativas e examinar possibilidades de resistência, Petras detecta os movimentos sociopolíticos de enfrentamento com a ideologia dominante, destacando a importância de uma “nova Esquerda” em formação na América Latina. Esta esquerda já contra-ataca nos campos do Brasil, nas florestas do México, nas plantações da Bolívia, nas cidades da Venezuela, da Argentina ou da Colômbia. Seu confronto atual deve ser com o bloco de poder “neoliberal” liderado pelos Estados Unidos, e sua meta futura deve ser a transformação socialista.

Na segunda parte do livro Petras analisa a relação entre “Imperialismo e classes sociais”, avaliando o atual estágio do poderio militar e ideológico mundial dos Estados Unidos. No interior deste país, a intensificação da exploração da mão-de-obra não impede que as atividades especulativas e a priorização do setor de serviços minem a economia industrial. A estrutura social, já marcada por crescente deterioração do nível de vida de seus trabalhadores, mostra estreita relação entre a imposição de sua hegemonia sobre o mundo e a necessidade de apropriação dos recursos nacionais que não são canalizados para políticas sociais, mas para gastos militares e de penetração econômica no exterior. Os efeitos da consolidação desta hegemonia sobre a economia interna são, portanto, muito relativos. Para Petras, esse fato nega a premissa de que o crescimento do mercado promove a prosperidade nacional.

Externamente, a orientação da elite política para o capital norte-americano continua sendo a hegemonia mundial, sob a forma militar-ideológica. E o poder de fogo dos Estados Unidos aumentou.

Beneficiados pela conversão dos regimes do Leste, pelo recrutamento de grupos colaboracionistas europeus, americanos ou africanos, pelas vitórias militares, pela penetração econômica (Nafta, Mercosul) e pelo êxito no campo ideológico-cultural, os Estados Unidos asseguram um espaço dominante na política mundial.

Os custos humanos produzidos pela “modernização” via “liberalização” são especialmente examinados por Petras. Um estudo de caso sobre a vida cotidiana de duas gerações de (vinte) trabalhadores espanhóis mostra as mazelas da “nova inserção”, no início dos anos 80, do país, sob a batuta do partido socialista liderado por Felipe González, na divisão europeia do trabalho: desemprego ou precarização do trabalho; aumento das desigualdades sociais; crescente desarticulação social, com a destruição das tradições e dos costumes; rompimento da consciência solidária de classe e promoção de uma ideologia egocêntrica e atomizadora; ausência de propostas dos sindicatos ou partidos de esquerda; enfraquecimento da democracia política em favor da centralização do poder de Estado. Em suma, a “modernização” espanhola produziu “uma geração de trabalhadores veteranos frustrada e ansiosa, e uma geração jovem marginalizada e apolítica”. (1999: 299)

O processo histórico e a natureza da privatização são analisados na terceira parte do livro, intitulada "Temas contemporâneos". Implementada pelas superpotências imperialistas, a *privatização global* cria uma época contra-revolucionária. No pós-guerra, o esforço dessas potências convergiu para a imposição da política de livre-mercado do capital internacional contra regimes nacionalistas ou socialistas. Mas, como a privatização não é condição para a concorrência, o que houve foi a reconcentração da propriedade em mãos privadas. Isso não significa, entretanto, que não haja alternativas à privatização. Assim como a sobrevivência da política neoliberal, instaurada pelos centros imperialistas, depende da cooperação dos Estados nacionais e é sustentada pela instituições "não-governamentais" que esvaziam os movimentos de classe, é essencial que todo esforço "inverta a polarização social, a desintegração regional e o autoritarismo político emergentes sob o Capitalismo de livre-mercado". (1999: 326)

O processo de transição para o socialismo implica o desenvolvimento da teoria marxista, a partir do questionamento de "*alguns aspectos da universalidade histórico-global da concepção originária de Marx*" (1999: 353) incorporados pela concepção "revisionista" (necessidade de um capitalismo desenvolvido para a transformação socialista) ou pela concepção "ortodoxa" (economicista). A economia mundial capitalista definida como um "sistema de redes competitivas, organizadas hierarquicamente, dentro das quais há regimes e países 'especializados' em uma ou mais atividades"(1999: 346), torna insuficiente a divisão tripartite (centro, periferia e semiperiferia) e exige do autor a consideração das novas redes que interligam as nações, mudam suas funções na divisão internacional do trabalho e alteram a relação entre imperialistas e "periféricos".

Em um claro exercício de pensamento dialético, Petras apreende as particularidades históricas de países americanos, europeus, africanos ou asiáticos, analisa as relações de mediação e determinação entre diversas categorias (políticas, econômicas, culturais, éticas) constitutivas da organização *total* do sistema capitalista e reafirma o papel da consciência de classe e da luta de classes como determinantes no processo de ruptura do poder imperialista.

A partir do pressuposto de que o *conflito* é o gerador "da consciência de classe, raça e/ou gênero"(1999: 378) e que, portanto, cria novas situações e possibilidades históricas, o desafio será instaurá-lo nas diversas esferas da ação humana. Contra a nova ofensiva do capital pode-se, por exemplo, agir contra a sua força destruidora do meio ambiente (catastrófica para a vida social), conjugar as lutas de classe e gênero e unificar a luta pelo poder político. Pode-se, enfim, criar uma nova *rede* de relações cujo "ponto crucial é o nexa entre as micro e as macroestruturas na invenção de uma nova estrutura de base". (1999: 376)

Eis alguns aspectos da proposta de Petras. Sem dúvida, o debate intelectual no Brasil ficou mais rico.

**Da grande noite à alternativa:
o movimento operário europeu em crise
de Alain Bihl***

**Crise e alternativas do movimento operário
Zulene Muniz Barbosa****

Reflexão corajosa sobre a crise do movimento operário, este livro nos instiga a entrar nos meandros de uma temática que, para muitos, parece anacrônica e desprovida de qualquer atrativo intelectual.

Diante da ofensiva do capital o autor rema contra a maré das correntes que proclamam o fim do proletariado. Reafirma a centralidade desta classe e aponta suas novas potencialidades diante de um capitalismo em crise. Nesse sentido, recoloca a pertinência do projeto comunista como uma possibilidade objetiva inscrita na própria atualidade da luta de classes.

Alain Bihl recupera os nexos constitutivos do modelo social democrata do movimento operário e a sua crise atual, sob efeito conjugado da crise do fordismo e da introdução das novas tecnologias, oferecendo uma sistematização dos fatores que provocaram a sua desestabilização. A análise que não se restringe à crise mas, fundamentalmente, aos desafios que ela apresenta ao movimento operário nesse final de século.

A premissa básica é que o movimento operário vive, hoje, uma das suas mais duras crises, encontrando-se encurralado pelas próprias transformações do capitalismo, das quais suas organizações foram co-participantes. Ao se integrarem às estruturas do capital, pela via do compromisso fordista, tornaram-se mediadoras da relação capital-trabalho. O esgotamento deste papel, com a ruptura do compromisso fordista, levou estas organizações à mais completa desadaptação, seja em suas práticas como em suas estruturas ou representatividade. Nesta situação, "o movimento operário encontra-se nu e desarmado, privado de qualquer estratégia própria, reduzido à impotência e condenando ao mesmo tempo o proletariado a escolher entre uma revolta estéril e uma resignação aviltante" Bihl. (1988: 82)

Apesar disso, se arrisca a dizer que a página da história do movimento operário iniciada no último terço do século XIX, com a formação do modelo social-democrata, tendo na social democracia e no leninismo suas principais variantes, está prestes a ser virada.

É esse modelo que, segundo Bihl, entra definitivamente em crise, ao mesmo tempo em que se assiste ao nascimento, ainda que tímido, incerto, hesitante, de

* São Paulo, Editora Boitempo, 1988.

** Professora da Universidade Estadual do Maranhão, doutoranda em Ciências Sociais pela PUC/SP e membro do Neils.

uma nova forma do movimento de emancipação do proletariado". Os desafios que hoje se apresentam ao movimento operário constam de uma longa pauta, pois, além da ausência de estratégias, impera uma completa falta de representatividade das organizações, associada ao completo declínio de todas as referências políticas e ideológicas com as quais se identificou, fatos que o colocam numa encruzilhada histórica.

Para o autor, cabe ao movimento operário extrair da própria crise os elementos de sua renovação; e, mais que isso, incorporar outras formas de luta geradoras de uma consciência política capaz de elevar a luta de classes à condição de eixo central do projeto de emancipação humana.

Em suas três partes, o livro busca dar conta de um conjunto de questões sobre esta crise do movimento operário e seus principais desafios. Na primeira, o autor faz um resgate minucioso do modelo social democrata e de suas variantes históricas (a social-democracia e o leninismo), apresentando suas diferenças, mas também, as similaridades das suas estratégias marcadas por uma visão fetichista do Estado. A seguir, demarca as condições políticas e ideológicas que possibilitaram o triunfo do modelo social-democrata, inclusive sobre o sindicalismo revolucionário rigorosamente contrário a qualquer princípio estatista. Com riqueza de detalhes, mostra que a hegemonia daquele modelo se construiu no quadro socioinstitucional do compromisso fordista, do qual derivará seus traços organizacionais e prática política. A partir daí, explicita a estratégia de integração por meio da qual as organizações do movimento operário tornaram-se co-gestoras do processo de reprodução do capital, vinculando-se progressivamente ao aparelho de Estado. Ao concordarem com os termos do compromisso fordista, as organizações operárias também aceitaram as transformações das condições de trabalho e de vida do proletariado, cujo produto mais direto foi a emergência do operário-massa, o qual se tornará o epicentro da crise posterior. O regime fordista de acumulação foi incapaz de responder às novas formas de luta do proletariado, no final dos anos 60, que recusavam os métodos tayloristas-fordistas de organização do trabalho. Ocorreu, segundo Bihr, "um processo contraditório que forjou o destino do modelo social democrata do movimento operário durante esse período, e embora tenha marcado o seu apogeu, garantindo o seu triunfo definitivo marcaria também nos seus limites o seu declínio e em parte sua degeneração". (1998: 46)

Na segunda parte, o autor demarca o conjunto dos problemas com os quais o movimento operário se confronta, hoje, particularizando o que denomina fatores de desestabilização da atual crise do movimento operário, levantando duas ordens de desafios. Os primeiros decorrem do esgotamento do fordismo e das respectivas reestruturações engendradas pelo capitalismo como resposta à sua crise estrutural: a ruptura do compromisso fordista, como o esgotamento da relação salarial que sustentou o regime de acumulação do pós-guerra; a fragmentação do proletariado, modificando radicalmente a composição técnica e política do

modelo social-democrata do movimento operário e, finalmente, a transnacionalização do capital colocando em cheque, tanto o processo de acumulação, como qualquer estratégia do movimento operário no âmbito restrito dos Estados nacionais. Para o autor, estas crises também criaram a possibilidade para o movimento operário colocar em xeque os elementos constitutivos do modelo social democrata e, mais que isso, exaurir as causas da desestabilização e crise de suas organizações.

O segundo bloco de desafios é, segundo o autor, infinitamente maior que o primeiro, porque questiona a lógica de produção e reprodução do sistema capitalista. Por isso não se restringe apenas ao proletariado, mas ao conjunto da sociedade. Trata-se da crise ecológica, da crise de sociabilidade e da crise cultural. Estas, por serem portadoras de elementos de radicalização e de questionamentos da ordem capitalista, devem ser incorporadas pelo movimento operário, se este quiser renascer como força hegemônica e revolucionária.

Na última parte, o autor trabalha as possibilidades de renovação do movimento operário, a partir dos seus elementos organizacionais, estratégicos e ideológicos, tendo presente o conjunto de transformações do capitalismo contemporâneo.

O novo movimento operário deverá lutar por: redução da jornada de trabalho; reconstituição da unidade do proletariado; diversificação e reorientação da produção social e desenvolvimento da sociabilidade. Ao enfrentar os desafios globais e desatar o nó da ordem capitalista, terá a possibilidade de se traduzir em reivindicações dignas de credibilidade, "capazes de remobilizar os trabalhadores, restituir-lhes a esperança e confiança em si próprios e dar origem a uma nova dinâmica ascendente da luta de classes". (1988: 186)

Em suma, Birh considera que cabe ao movimento operário colocar-se como sujeito político capaz de desenvolver de forma articulada um conjunto de estratégias que aponte para a concretização de uma utopia baseada no trabalho, "que torne digna de crédito a luta pelo comunismo". (1988: 186)